

China consegue reduzir o ritmo de crescimento da desigualdade

Andrew Batson

O crescimento da desigualdade na China perdeu ritmo nos últimos anos e pode ser menos sério do que se pensava, informou a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), sugerindo que Pequim começou a progredir em um de seus maiores problemas sociais.

Em seu relatório econômico sobre a China, publicado ontem, a OCDE afirma que mais gastos com bem-estar social na zona rural e a migração crescente para as cidades ajudaram a suavizar o abismo social no país. A organização, sediada em Paris, sugeriu que a China diminua o que ainda é um nível relativamente alto de desigualdade com mais gastos em programas sociais e a eliminação da discriminação contra os moradores da zona rural.

O relatório é o segundo maior estudo da OCDE sobre a China, que não participa da organização. A economia chinesa deve ultrapassar a do Japão neste ano e se tornar a segunda maior do mundo, depois da dos Estados Unidos. A OCDE sugeriu que a China adote uma série de medidas para liberalizar sua economia, como flexibilizar os juros - para incentivar os bancos a financiar mais pequenas empresas - e privatizar estatais. A OCDE também afirmou que permitir a valorização da moeda local, o yuan, ajudaria o governo a administrar melhor a economia.

O crescimento desenfreado da economia chinesa nos últimos 30 anos tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza. Mas a renda da elite cresceu muito mais rapidamente que a do resto, criando novas divisões numa sociedade que já foi igualitária. As tensões entre investidores imobiliários e camponeses expulsos da terra, e entre os chefes das fábricas e os operários retirantes, muitas vezes causam conflitos sociais. Isso pressionou o governo da China a tentar diminuir a desigualdade e as autoridades já afirmaram várias vezes que se esforçariam mais para aumentar a renda dos mais pobres.

"Já assistimos nos últimos cinco anos à estabilização da disparidade", disse Richard Herd, economista sênior da OCDE, durante uma entrevista coletiva em Pequim. Boa parte disso é fruto da migração gigantesca de pessoas da produção agrícola para empregos urbanos, uma mudança que permitiu aumentar significativamente a renda. "Tivemos um grande ajuste no mercado de trabalho desde meados da década de 90", disse ele.

A desigualdade de renda na China, de acordo com o Índice de Gini - uma escala em que o zero é a igualdade completa e o 100 a desigualdade total -, era 49,6 em 2005, segundo a Academia Chinesa de Ciências Sociais. Mas a OCDE, usando o que afirma serem estimativas mais precisas de variação de preço e do número de migrantes sem documentos vivendo nas cidades, calcula o índice de 2005 em 41 e afirma que ele caiu ainda mais em 2007, para 40,8.

Os números da OCDE indicam que a desigualdade continua maior na China que nos EUA e na maioria dos países desenvolvidos. Mas a desigualdade da China ainda está menos severa que a da África do Sul, do Brasil, do Chile, do México ou da Rússia. Muitos comentaristas chineses já conclamaram a China a diminuir o abismo da renda e evitar que as desigualdades do país se tornem crônicas, como na América Latina.

As autoridades chinesas geralmente se concentram na diferença entre o campo e as cidades. A renda per capita das áreas urbanas no ano passado foi de US\$ 2.500, mais de três vezes os US\$ 750 da zona rural - proporção que tem aumentado na última década. Mas essa comparação leva em conta o número crescente de migrantes nas cidades, ou o fato de que a maioria das coisas são mais baratas na zona rural. Quando esses fatores são levados em conta, diz a OCDE, a média da renda urbana está na verdade mais próxima de duas vezes a da zona rural, não três.

Boa parte da desigualdade que ainda existe entre as rendas rural e urbana vem de trabalhadores das cidades cujo nível educacional é maior que o dos trabalhadores provenientes da zona rural, disse Herd. Ele sugeriu que o governo chinês, que já baixou as mensalidades

das escolas, torne gratuitos na zona rural os primeiros 12 anos de educação. E disse que também é importante reformar o sistema de registro das famílias, que muitas vezes impede que os migrantes rurais recebam atendimento médico ou educação nas cidades em que residem e impede que se instalem lá permanentemente.

Essas iniciativas também exigirão recursos que a China deve conseguir pagar. A OCDE diz que o baixo nível de endividamento do país permite que o governo gaste mais com programas sociais no longo prazo, especialmente depois que as despesas com projetos de estímulo econômico forem concluídas.



Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 3 fev. 2010, Primeiro Caderno, p. A10.